

OS ECONOMISTAS E A APOLOGIA CONTEMPORÂNEA DO MERCADO

por Samuel Costa Filho¹

Os trabalhos sobre dependência revelaram os laços e o processo histórico de aprofundamento das relações de dependência e associação das nossas elites econômicas com o capital internacional. Na década de 90, o predomínio das idéias neoliberais na sociedade brasileira mostra que a hegemonia e a dependência cultural dessas elites econômicas no Brasil é mais grave que a dependência econômica.

É bom esclarecer que a influência cultural externa não deve ser rejeitada e é até bem-vinda, quanto contribui para o crescimento da nação, devendo, quando for o caso, ser incorporada à cultura nacional. Acontece que as elites brasileiras simplesmente procuram imitar de maneira servil as idéias, o padrão de vida dos países desenvolvidos. As elites brasileiras têm como norma viver da simples reprodução das últimas modas e tendências internacionais.

Essas elites mostram comportamentos de mero consumidor do pensamento originário dos centros do capitalismo desenvolvido, quase sempre, apoiadas em uma análise superficial e sem criatividade. No que diz respeito à área da economia, os economistas são dominados pela aceitação acrítica de modelos importados, sobretudo dos Estados Unidos da América – que são simplistas, reduzidos aos aspectos econômicos, assentados em uma matemática estéril, independentes e autônomos da esfera histórica, social e política.

Foi assim que, durante os anos 90, usando um discurso apologético, uma corrente das Ciências Econômicas, os neoliberais, difundiram para os países da periferia a idéia de Pensamento Único, que foi reproduzido pela nossa mídia e apresentado como o discurso econômico que representava o verdadeiro, o científico e o único Pensamento em Economia.

Essa apologia atestava que, na atualidade, o sistema capitalista liberal revelou-se definitivamente

superior e insuperável, vencendo a concorrência com o comunismo, representando o melhor dos sistemas. Dessa forma, não existe outra opção. Esse capitalismo força os indivíduos a se tornarem cada vez mais eficientes, num ambiente de liberdade pessoal e de iniciativa para empreender e acumular em benefício próprio e para os seus dependentes, de tal modo que otimiza o uso dos recursos produtivos escassos e maximiza a riqueza do país, levando necessariamente ao bem-estar e ao interesse geral da nação.

A realidade capitalista liberal tem por base o mecanismo de mercado e a flexibilidade do sistema de preços para garantir o equilíbrio geral. O sistema de mercado, baseado na famosa lei da oferta e demanda, garante automaticamente a coordenação e o equilíbrio do mercado de trocas. Assim, choques de oferta ou de demanda provocam apenas desequilíbrios temporários, que são automática e rapidamente resolvidos pelo sistema de preços no mercado.

O livre funcionamento do mercado garante também o uso eficiente dos recursos da sociedade. E, aqui, o sistema de lucro sinaliza as informações necessárias e contínuas para a utilização adequada e eficiente dos fatores de produção. Desse modo, o capitalismo de concorrência apresenta uma sociedade que combina a eficiência produtiva e a mais ampla liberdade individual.

Os neoliberais defendem que, nessa realidade concorrencial, os empresários são forçados, por essa concorrência, a satisfazer da melhor maneira possível e, pelo menor custo, as necessidades demandadas pela sociedade. Impedidos de utilizar a política de elevação de preços como prática para aumentar seus lucros devido à concorrência intercapitalista, os empreendedores são obrigados a uma disputa ferrenha via redução de custos e inovações, evitando qualquer tipo de desperdício.

Acontece que, mesmo numa sociedade de concorrência perfeita, o mercado necessita do marco regulador do Estado para garantir, minimamente, as condições para que todo esse processo se desenvolva. O capitalismo liberal reserva, então, um espaço cativo e mínimo para a atuação do Estado, que deve se limitar a esse domínio e não interferir, ou interferir minimamente, na gestão dos bens privados. Faz-se necessário apenas um Estado Mínimo para garantir a segurança, a justiça, a defesa e a oferta de alguns bens públicos.

Todavia, na área de atuação do Estado, apesar da ausência da concorrência, não exige esse Estado da busca da eficiência. Essa eficiência do Estado deve ser guiada pelas mesmas normas da gestão privada, limitando assim os encargos fiscais ao mínimo necessário para que esse ônus não se torne um fardo para a sociedade e, desse modo, passe a reduzir o incentivo ao trabalho, ao investimento, à inovação, privando os indivíduos de parte substancial do ganho individual do seu esforço e de seu talento.

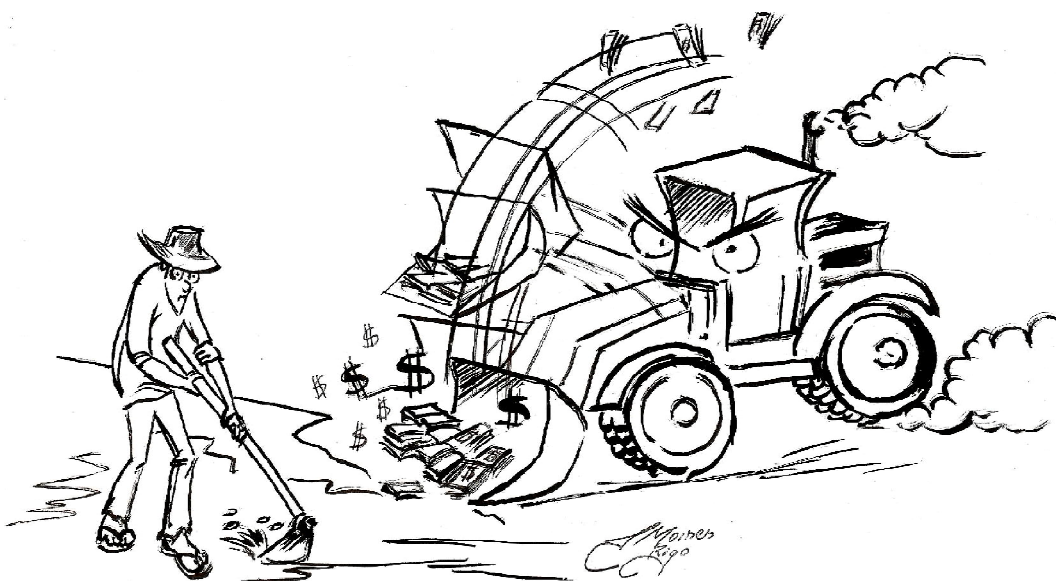
Segundo essa apologia contemporânea dos mercados, o capitalismo liberal baseado na economia de concorrência garantiria o melhor dos mundos possíveis. Questões como pobreza, precária distribuição de renda, justiça social, desemprego, crises e desequilíbrios, todavia, não desmentem a superioridade da livre concorrência, mas revelam, pelo contrário, uma economia que sofre de deficiência de mercados. Essas

imperfeições decorrem de uma economia que apresenta um excesso de Estado populista e de regulação pública impedindo a livre concorrência.

Nessa realidade de concorrência capitalista, os neoliberais são totalmente contra a utilização de políticas macroeconômicas discricionárias, ou seja, as políticas keynesianas fiscal, monetária, comercial, cambial e de rendas, pois, para eles, estas políticas são inúteis e não têm impacto na atividade econômica real para melhoria no emprego, na produção e nem no crescimento da economia.

O discurso apologético atual afirma que a atividade econômica depende somente da quantidade de fatores de produção disponíveis (capital, mão-de-obra, matéria-prima, tecnologia e empreendedores) que devem ser deixados funcionando livremente. Não há ilusão monetária e impera as expectativas racionais, que significa que os indivíduos prevêem corretamente os resultados de qualquer política, não sendo, com isso, enganados pelas políticas macroeconômicas. O melhor que deve ser feito é colaborar para que as leis da economia funcionem idealmente. E funcionará bem se o mercado não sofrer a intervenção pública, ou seja, desde que não apareça o Estado para dificultar o funcionamento dos mercados.

Esse discurso neoliberal exige sempre mais liberdade e iniciativa individual, mais mercados livres e concorrência mercantil. A moeda aparece como tendo uma influencia neutra e não afeta o lado real



da economia, porém, a sua utilização com políticas populistas provoca inflação. Para que os governos não sintam a tentação de realizar tais medidas, o Banco Central deve ser independente do governo e a melhor política a ser utilizada deve ser a baseada nas chamadas Metas de Inflação.

No que diz respeito ao setor externo, a liberalização do mercado nacional à concorrência é uma recomendação cara aos neoliberais, pois, implica que os países em desenvolvimento somente têm a ganhar com os capitais fluindo para estes países da periferia do capitalismo, atraídos pela busca de maiores taxas de juros e de lucro. Acreditam que a abertura dos mercados nacionais tendem a reduzir as desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, devido ao crescimento dos investimentos nos países da periferia do capitalismo.

A existência, no capitalismo, da convivência com a extrema pobreza e a permanência de enormes desigualdades na distribuição de renda têm solução na política de implementação de programas particulares de Estratégias de Inclusão Social e Programas de Redução da Pobreza. Para os neoliberais, suas recomendações são as mais favoráveis às questões da justiça social, pois, afirmam que o mercado livre é sempre o mais favorável à justiça social, com a utilização eficiente dos recursos que possibilita ao sistema maximizar a distribuição da riqueza. Entretanto, os liberais acrescentam que as questões da distribuição da riqueza e da justiça não são um problema econômico do capitalismo liberal e nem das ciências econômicas em particular, existindo em toda sociedade livre ou não, de modo que se trata de uma questão política e moral que independe do sistema econômico.

A mídia brasileira divulgou incessantemente as idéias neoliberais como se fossem leis eternas, ahistóricas, gerais e as únicas corretas, embora sejam apenas e, na maior parte das vezes, hipóteses acadêmicas, jamais verificadas e até mesmo invalidadas pelo desenvolvimento do capitalismo e da própria teoria econômica ortodoxa. Embora se deva reconhecer que algumas dessas hipóteses tenham certa dose de verdade, a pesquisa nas Ciências Econômicas não confirma a grande maioria dessas afirmações. Esse discurso apresentado pela mídia e aceito por nossas elites não passa do mais puro senso comum.

Acontece que essa atitude dos meios de comunicação e de toda a política de modernização implementada na sociedade brasileira pelas elites econômicas somente elevaram a hegemonia e a dependência cultural disseminando as idéias econômicas e os valores culturais típicos das sociedades desenvolvidas e totalmente alheias à realidade subdesenvolvida brasileira.

Esse processo redundou na alienação do povo brasileiro e tem levado a um processo de cooptação da classe média e do operariado, via elevação da dominação social e político da burguesia brasileira sobre a classe trabalhadora, a tal ponto que leva essa própria classe trabalhadora a defender e portar os valores culturais burgueses, passando a defender e ter uma mesma visão de mundo e convergência de interesses comuns às elites brasileiras, embora essa elite apenas imponha um padrão de civilização que se baseia na cópia dos estilos de vida das nações capitalistas desenvolvidas, não estando minimamente preocupada com os destinos da nação ou da justiça social.

Toda essa atitude das elites é respaldada pelos técnicos e burocratas do governo que foram treinados pelo FMI e Banco Mundial e ainda pelos analistas de mercado e economistas “Cabeças de Planilha”, preocupados em ganhar dinheiro e fazer fortuna. Assim, esses profissionais trabalham contra a nação, ou seja, como afirma Paulo Nogueira Batista Júnior (2008): “Os economistas converteram-se, assim, em um obstáculo não-desprezível à consolidação de um projeto nacional”.

¹ Professor Adjunto DECON-UFPI, Mestre em Economia/CAEN, Doutorando IE/UNICAMP e Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI.